

3. LEGISLAÇÃO INCIDENTE

Tendo em vista as relações entre o porte, instalação e operação de empreendimentos imobiliários e o meio ambiente, este capítulo apresenta o arcabouço legal que regulamenta a implantação do LOTEAMENTO RESIDENCIAL KALORÉ, no que tange aos diplomas ambientais de acordo com a abrangência Federal, Estadual e Municipal e considerando os aspectos descritos nos Quadros a seguir:

QUADRO 3-1: LEGISLAÇÃO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	
ARCABOUÇO LEGAL	Constituição Federal de 15 de dezembro de 1988.	
LEIS FEDERAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
FAUNA	Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
	Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
LICENCIAMENTO	Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO	Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
RESÍDUOS SÓLIDOS	Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Lei nº 4.778 de 22 de setembro de 1965.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.
	Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979.	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.
	Lei nº 9.785 de 29 de janeiro de 1999.	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).

TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
VEGETAÇÃO	Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.	Institui o novo Código Florestal.
	Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.	Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
	Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006.	Dispõe sobre a definição das tipologias do Bioma Mata Atlântica, bem como sobre a utilização e proteção da vegetação nativa desse Bioma.
DECRETO FEDERAL		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
LICENCIAMENTO	Decreto nº 99.274 de 6 de junho de 1990.	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
	Decreto nº 6.848 de 14 de maio de 2009.	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO	Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
VEGETAÇÃO	Decreto nº 6.660 de 21 de novembro de 2008.	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o uso e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica.
	Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Decreto Federal nº 35.851 de 16 de julho de 1954.	Dispõe sobre a ocupação em faixas de servidão de linhas de transmissão de energia elétrica.

RESOLUÇÕES FEDERAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
LICENCIAMENTO	Resolução CONAMA nº 1 de 23 de janeiro de 1986.	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
	Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997.	Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.
	Resolução CONAMA nº 371 de 5 de abril de 2006.	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC e dá outras providências.
	Resolução CONAMA nº 428 de 17 de dezembro de 2010.	Estabelece para os casos de licenciamento de empreendimentos que necessitam de EIA-RIMA, a necessidade de anuência dos Gestores da Unidade de Conservação para aqueles situados a 3 Km e de 2 km para os processos isentos da apresentação do referido estudo.
QUALIDADE DO AR	Resolução CONAMA nº 5 de 15 de junho de 1989.	Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR.
	Resolução CONAMA nº 3 de 28 de junho de 1990.	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.
RECURSOS HÍDRICOS	Resolução CNRH nº 16 de 8 de maio de 2001.	Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
	Resolução CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005.	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
VEGETAÇÃO	Resolução CONAMA nº 10 de 01 de outubro de 1993.	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica.
	Resolução CONAMA nº 01 de 31 de janeiro de 1994.	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa em São Paulo.
	Resolução CONAMA nº 302 de 20 de março de 2002.	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
	Resolução CONAMA nº 303 de 20 de março de 2002.	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
	Resolução CONAMA nº 428 de 17 de dezembro de 2010.	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
PORTARIAS FEDERAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO	Portaria IPHAN/MinC nº 07 de 01 de dezembro de 1988.	Normaliza e Legaliza as Ações de Intervenção junto ao Patrimônio Arqueológico Nacional.
	Portaria IPHAN/MinC nº 230 de 17 de dezembro de 2002.	Define o Escopo dos Estudos Arqueológicos a ser Desenvolvidos nas Diferentes Fases de Licenciamento Ambiental.

NORMAS TÉCNICAS FEDERAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
RESÍDUOS SÓLIDOS	NBR 10.004 de 31 de maio de 2004.	Resíduos Sólidos - Classificação.
RUÍDO	NBR 10.151 de junho de 2000.	Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento.
INSTRUÇÃO NORMATIVA FEDERAL		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
FAUNA	Instrução Normativa MMA nº 3, de 26 de maio de 2003	Reconhece as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
VEGETAÇÃO	Instrução Normativa nº 6 de 23 de setembro de 2008.	Promulga a lista de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.

Organizado por PABRASIL, 2013.

QUADRO 3-2: LEGISLAÇÃO ESTADUAL

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	
ARCABOUÇO LEGAL	Constituição do Estado de São Paulo de 5 de outubro de 1989.	
LEIS ESTADUAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
ÁGUAS PLUVIAIS	Lei nº 12.526 de 2 de janeiro de 2007.	Estabelece normas para a contenção de enchentes e destinação de águas pluviais.
LICENCIAMENTO	Lei nº. 9.509 de 20 de março de 1997.	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
RECURSOS HÍDRICOS	lei nº 1.172, de 17 de novembro de 1976.	Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o artigo 2º da Lei Estadual nº 898, 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição do uso do solo em tais áreas e dá providências correlatas.
	Lei nº 6.134 de 2 de junho de 1988.	Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
	Lei nº 7.663 de 30 de dezembro de 1991.	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
RESÍDUOS SÓLIDOS	Lei nº 12.300 de 16 de março de 2006.	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
VEGETAÇÃO	Lei nº 9.989 de 22 de maio de 1998.	Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.
	Lei nº 13.550 de 2 de junho de 2009.	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas.

DECRETOS ESTADUAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
FAUNA	Decreto nº 53.494 de 2 de outubro de 2008.	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas, as Quase Ameaçadas, as Colapsadas, Sobrexplotadas, Ameaçadas de Sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
LICENCIAMENTO	Decreto nº 47.400 de 4 de dezembro de 2002.	Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazos, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO	Decreto nº 13.426 de 16 de março de 1979.	Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas.
	Decreto nº 50.941 de 5 de julho de 2006.	Reorganiza a Secretaria da Cultura e dá providências correlatas.
	Decreto nº 52.469 de 12 de dezembro de 2007.	Altera a redação de dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição, confere nova redação ao artigo 6º do Decreto nº 50.753, de 28 de abril de 2006, e dá providências correlatas.
POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Decreto nº 8.468 de 8 de setembro de 1976.	Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.
	Decreto nº 47.397 de 4 de dezembro de 2002.	Dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

RESOLUÇÕES ESTADUAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
RECURSOS HÍDRICOS	Decreto nº 10.755 de 22 de novembro de 1977.	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá providências correlatas.
	Decreto nº 8.468 de 8 de setembro de 1976.	Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.
LICENCIAMENTO	Resolução SMA 54 de 30 de novembro de 2004.	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
VEGETAÇÃO	Resolução Conjunta SMA/IBAMA/SP nº 2 de 12 de maio de 1994.	Regulamenta o art. 4º do Decreto Federal 750, de 10 de Fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.
	Resolução SMA 64 de 10 de setembro de 2009.	Dispõe sobre o detalhamento das fisionomias da Vegetação de Cerrado e de seus estágios de regeneração, conforme Lei Estadual nº 13.550, de 2 de junho de 2009, e dá providências correlatas.
	Resolução Conjunta SMA/IBAMA nº 5 de 4 de novembro de 1996.	Acrescenta dispositivos a Resolução Conjunta 2, de (12-5-94), que regulamenta o artigo 4º do Decreto Federal 750, de 10-2-93 dispondo sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração de Mata Atlântica no Estado de São Paulo.
	Resolução SMA 48 de 21 de setembro de 2004.	Publica as espécies ameaçadas extinção no Estado de São Paulo, segundo recomendação do Instituto de Botânica -SP.
	Resolução SMA 08 de 31 de janeiro de 2008.	Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.
	Resolução SMA 31 de 19 de maio de 2009.	Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana.

TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
VEGETAÇÃO	Resolução SMA 64 de 10 de novembro de 2009.	Dispõe sobre o detalhamento das fisionomias da Vegetação de Cerrado e de seus estágios de regeneração, conforme Lei Estadual nº13.550, de 2 de junho de 2009, e dá providências correlatas.
	Resolução SMA 86 de 26 de novembro de 2009.	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa em áreas rurais no Estado de São Paulo.
	Resolução SMA 24 de 17 de abril de 2012.	Dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
	Resolução SMA 85 de 23 de outubro de 2012.	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização dos órgãos responsáveis pela administração de unidades de conservação, de que trata o § 3º, do artigo 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá providências correlatas.
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO	Resolução SMA nº 34, de 27 de agosto de 2003.	Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental.
NORMAS TÉCNICAS ESTADUAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
RUÍDO	Norma Técnica CETESB L 11.032.	Determinação do nível de ruído em ambientes internos e externos de áreas habitadas e método de ensaio.
	Norma Técnica CETESB L 11.033.	Processo Prático para calcular nível de ruído equivalente contínuo e Procedimento.
PORTARIA ESTADUAL		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
RECURSOS HÍDRICOS	PORTARIA DAEE 01/98 de 02 de janeiro de 1998.	Aprova a Norma e os Anexos de I a IV que disciplinam a fiscalização, as infrações e penalidades.

Organizado por PABRASIL, 2013

QUADRO 3-3: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEIS MUNICIPAIS		
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	
ARCABOUÇO LEGAL	Lei Orgânica Do Município de Jaguariúna de 5 de abril de 1990.	
TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Lei complementar nº 204, de 19 de janeiro de 2012.	Plano Diretor do Município de Jaguariúna.
	Lei Ordinária nº 1495 de 2003.	Dispõe sobre loteamento fechado para fins exclusivamente residenciais, e dá outras providências.
	Lei Ordinária nº 1497 de 2003.	Dispõe sobre a instituição de bolsões residenciais, e dá outras providências.
	Lei Complementar nº 97 de 20 de dezembro de 2004.	Dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do município e dá providências.
	Lei Complementar nº 112 de 15 de maio de 2006.	Dispõe sobre dar nova redação aos dispositivos da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do município e dá outras providências.
	Lei Complementar nº 205 de 19 de janeiro de 2012.	Acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do município e dá outras providências.
	Lei Complementar nº 126 de 16 de julho de 2007.	Dispões sobre novas áreas de expansão urbana do município.
	Lei Complementar nº 162 de 05 de abril de 2010.	Dispõe sobre substituição do anexo I da Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso do solo do município.

TEMA CONTEMPLADO	DIPLOMA LEGAL	EMENTA
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Lei Complementar nº 128 de 11 de outubro de 2007.	Substitui os anexos II e III, da Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso do solo do município.
	Lei nº 1235 de 19 de maio de 1999.	Dispõe sobre urbanização de glebas associada à construção de edificações em condomínio horizontal no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências.
	Lei Complementar nº 135 de 26 de novembro de 2007.	Dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências.
	Lei Complementar nº 101 de 27 de setembro de 2005.	Dispõe sobre instituir o código de obras e edificações do município de Jaguariúna e dá outras providências.
	Lei nº 707 de 02 de julho de 1985.	Institui o código de obras e edificações do município de Jaguariúna e dá outras providências.
VEGETAÇÃO	Lei nº 1219 de 3 de março de 1999.	Dispõe sobre o plantio, poda e supressão de árvores e demais formas de vegetação e dá outras providências.

Organizado por PABRASIL, 2013.